

Nota Editorial

Agroecologia como ferramenta de Educação Ambiental na Educação Básica, no município de Irecê-BA

Cledson de Souza Silva *¹

¹Universidade do Estado da Bahia (UNEB), DCHT XXVI, Xique-Xique, Bahia, Brasil.

*Autor correspondente: Cledson de Souza Silva

E-mail: cledson-h@hotmail.com

<https://orcid.org/0009-0009-8369-2877>



Revista Sertão Sustentável 2023.
Open access sob licença Creative Commons BY-NC-ND 4.0 International.

A temática da Educação Ambiental (EA) tem sido objeto de amplo debate nos últimos anos, notadamente em virtude da necessidade de melhorar a qualidade de vida em nosso contexto global, por meio da implantação de políticas ambientais voltadas à mitigação dos impactos socioambientais ocasionados pelas revoluções industriais e pela aderência a modelos lineares de produção de produtos e serviços. A emergência da discussão em escala mundial ocorreu em 1962, quando a zoóloga norte-americana Rachel Carson publicou a obra intitulada "*The Silent Spring*", focalizando as problemáticas associadas à utilização e confiança indiscriminada na substância Dicloro Difênil Tricloroetano (DDT), um potente pesticida empregado na agricultura.

Somente em 1965, durante a Conferência de Educação realizada na Universidade de Keele, na Grã-Bretanha, foi formalmente adotada a expressão "*Environmental Education*" (Educação Ambiental).

No Brasil, a instituição da Política Nacional de Educação Ambiental, mediante promulgação da Lei nº 9.795, datada de 27 de abril de 1999, assume um papel emblemático na edificação e consolidação das diretrizes nacionais para a implantação da EA no amplo contexto educacional. Esta não apenas se configura como um objeto de conhecimento, mas, igualmente, como uma prática pedagógica que permeia todos os estratos do sistema educativo. O Art. 1 da mencionada legislação postula a seguinte definição para a EA: "Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente." (Brasil, 1999).

Ainda essa mesma Lei (Art. 2) complementa que a EA deve ser considerada como um componente essencial e perene da educação nacional, devendo manifestar-se de maneira integrada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, seja este de natureza formal ou não-formal. Dessa maneira, abre-se um leque de possibilidades para a sua abordagem por meio de diversas práticas educativas (Brasil, 1999).

Irecê é um município baiano, com população de aproximadamente 74.507 habitantes, localizado a 478 km da capital Salvador, encontra-se na zona fisiográfica da Chapada Diamantina Setentrional, abrangendo integralmente a área do Polígono das Secas e inserido na bacia do São Francisco. Sendo integrante a uma região de clima semiárido e bioma Caatinga (Ibge, 2022) cujas características naturais e do seu povo, historicamente, tem produzido um estereótipo social, incompatível com a qualidade de vida humana nesse ambiente, para o qual não há formas efetivas de tratamento e/ou mudanças nos âmbitos da educação em geral e das políticas públicas relacionadas a esse setor nas esferas federal, estadual e municipal. Essa iniciativa, tendo como "ponto de partida", o espaço local parece ser um caminho adequado para mudança de cenário.

O alinhamento da proposta municipal da Rede Municipal de Educação de Irecê (RMEI) com as diretrizes nacionais é confirmado na página 100 do Referencial Curricular por Ciclo de Formação Humana para a Rede Municipal de Educação de Irecê (CFH). Essa é uma forma de cumprir a Lei nº 9.795/99, alinhando as propostas da Política Nacional de EA (PNEA) e estimulado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997, como instrumento útil no apoio às discussões pedagógicas em espaços educacionais, na elaboração de projetos educativos, no planejamento das aulas, na reflexão sobre a prática educativa e na análise do material didático. O Referencial Curricular por Ciclo de Formação Humana (CFH) para a RMEI considera uma EA contextualizada de forma ampla vinculada a aspectos sociais, econômicos, ecológicos e culturais fundamentais. Tais aspectos são necessários para que o sujeito possa se vincular à percepção do mundo através do seu espaço de pertencimento. Ademais, a EA para o CFH deve ser estruturante e integrada em diversos eixos formativos, modalidades e seguimentos no processo pedagógico de forma multi, inter e transversalizado, tanto na educação formal como na informal, sendo capaz de promover uma transformação na sociedade (Brasil, 1999).

O propósito do Ciclo de Formação Humana (CFH) está intrinsecamente vinculado ao compromisso que EA deve assumir, conforme corroborado por Ruscheinsky (2012, p. 13 e 14). O autor sustenta que a eficácia da EA demanda um processo de transformação social profunda, politizada e radicalizada, visando a metamorfose da nação em uma autêntica democracia social. O foco primordial reside na promoção de uma condição de vida e cidadania aprimoradas para os cidadãos brasileiros. Adicionalmente, o autor ressalta a imperatividade da alocação adequada de recursos públicos para a melhoria das condições ambientais e propõe a orientação da sociedade em direção à redução do consumo exacerbado e uma nova metodologia na distribuição de renda.

Neste contexto, a RMEI adota a agroecologia – ou Ambiente de Aprendizagem de Agroecologia (AAA) como temática orientadora para a inserção da EA em suas instituições de ensino (CHF, 2020, p. 100). Tal abordagem é viabilizada pelo CFH, inserindo-se em uma política de rede que emerge da implantação da educação integral e integrada no município.

A definição de agroecologia proposta por Leff é a seguinte: “Agroecologia é concebida como um novo paradigma produtivo, uma constelação de ciências, técnicas e práticas voltadas para uma produção ecologicamente sustentável no campo.” Segundo Rosset e Barbosa (2021), “A agroecologia se alimenta e fundamenta a partir da resistência histórica, das memórias coletivas que buscam imprimir seu legado de luta, aprendido e apreendido na vivência cotidiana das expressões da visão de mundo.” O que pode ser entendido diante dessas duas afirmações é que a agroecologia tem uma definição bastante objetiva quanto campo de estudo, porém o seu significado atravessa essa definição e se manifesta a partir da importância da visão holística sobre a agroecologia, conferindo sentido à sua aplicação, tanto na esfera educacional formal quanto não formal, mas também na vida do sujeito e o seu espaço de pertencimento, seja o campo ou a cidade.

A EA integrada à dinâmica agroecológica é reconhecida como válida por diversos autores, tais como Freitas *et al.* (2013), Costa *et al.* (2021), Santos *et al.* (2023) e Costa *et al.* (2021) que consideram a agroecologia como uma alternativa robusta, destacando conceitos fundamentais como conservação e recuperação do solo. Freitas *et al.* (2013) enfatizam os benefícios da aprendizagem direta dos alunos por meio de práticas ecológicas, abordando pontos essenciais como aprendizagem e cultura socioambiental sustentável, opções pedagógicas, despertar do interesse por hábitos saudáveis e contato com o meio ambiente. Santos *et al.* (2023) ressaltam a importância da educação do campo na concepção agroecológica para a região, enfatizando que a troca de conhecimento entre o campo e as áreas urbanas permeia o processo de formação educacional. São vários os argumentos que demonstra a eficiência da agroecologia como uma ferramenta de EA, cuja eficácia para o campo educacional se mostra na pesquisa, no ensino, nos experimentos, em exposições e ludicidade.

Para os fins acima mencionados, o AAA começou a ser inserido na rede no ano de 2017 a partir da coordenação técnica de meio ambiente integrante a Secretaria de Educação do município de Irecê. Esse ambiente abrange trinta e duas escolas na rede municipal, incluindo escolas do/no campo e escolas em

comunidade remanescente de quilombo (quadro 1). A organização hierárquica do AAA (fig.1) facilita a sua operacionalização e (re) avaliação das estratégias desenvolvidas na direção de possibilitar um melhor aprendizado para os estudantes e dos demais dos atores sociais envolvidos.

Quadro 1: Escolas com Ambiente de Aprendizagem de Agroecologia na Rede Municipal de Educação de Irecê.

Quantidade total de escolas na rede	Escolas com o ambiente na sede	Escolas com o ambiente do/no campo	Escolas com o ambiente em comunidade remanescente de quilombo
32	19	6	1

Fonte: Secretaria de Educação da Rede Municipal de Irecê-BA (2024).

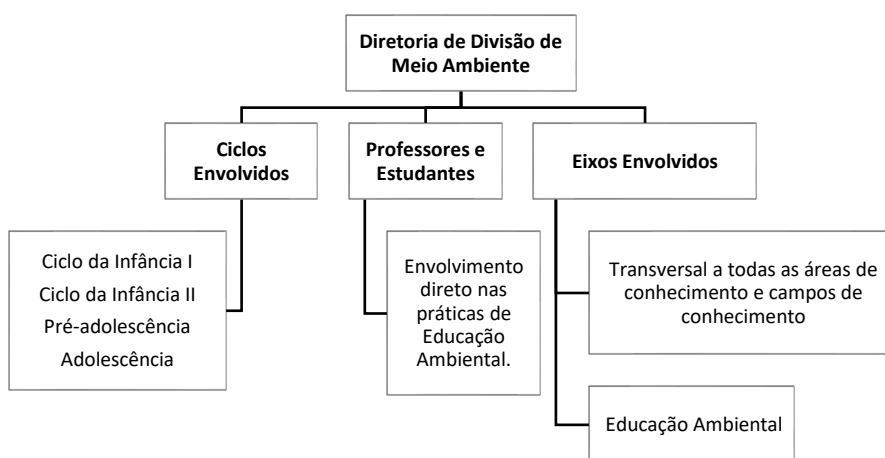


Figura 1: Hierarquia do Ambiente de Aprendizagem de Agroecologia da Rede Municipal.

Fonte: Secretaria de Educação da Rede Municipal de Irecê-BA (2024).

Diversas estratégias foram introduzidas visando à integração do ambiente de agroecologia na rede educacional, destacando-se, entre elas, a adaptação integral à realidade específica de cada instituição escolar, considerando seu regime de funcionamento, seja este integral, semi-integral ou regular. As aulas são concebidas para ocorrerem no período regular do aluno, sendo facultativa ou obrigatória a participação em contraturno, ou ainda mediante a realização de oficinas em horários e dias diversos.

As iniciativas de fortalecimento e capacitação do projeto abrangem encontros formativos, palestras e reuniões periódicas, proporcionando um espaço propício para a discussão das temáticas, tanto em âmbito local quanto através do Canal TV Barriguda, na plataforma online de vídeos YouTube com programação voltada para questões educacionais de ordem geral, compreendendo palestras, entrevistas e apresentações. Além disso, a rede promove eventos municipais, incentivando a transversalidade em tais espaços.

Parcerias com entidades públicas e empresas privadas interessadas em contribuir para a sustentabilidade do ambiente são não apenas permitidas, mas também incentivadas. Tais colaboradores podem realizar doações de pontuais ou difusas de mudas, sementes, ferramentas e outros equipamentos úteis.

O estabelecimento da EA como fundamento da educação pública enfrenta diversos desafios, sendo a agroecologia uma ferramenta crucial nesse processo. Contudo, como em todo projeto, demanda investimentos substanciais e adequados, bem como a perseverança na continuidade do ambiente. A reflexão constante sobre erros e acertos, o estímulo ao interesse dos alunos nas práticas agroecológicas e a elaboração anual de material didático orientativo são aspectos essenciais para o alcance das metas e objetivos do AAA.

Referencias

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília:128p.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política da Educação Ambiental e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/9795-99.htm>>. Acesso em: 17out 2006.

COSTA, V. C da; GUTIERREZ, D. F; CARVALHO, A. C. da C.; *et al.* Educação Ambiental e agroecologia: relato e análise de um curso para agricultor(a) orgânico(a) e agroecológico(a). **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 16, n. 1, p. 359–377, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10266/8317>>. Acesso em: 25 jan. 2024.

FREITAS, H. R.; GONÇALVES-GERVÁSIO, R.C.R.; MARINHO, C. M.; *et al.* Horta escolar agroecológica como instrumento de educação ambiental e alimentar na Creche Municipal Dr. Washington Barros - Petrolina/PE. **EXTRAMUROS - Revista de Extensão da UNIVASF**, v. 1, n. 1, p. 155–169, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/621/399>>. Acesso em: 25 jan. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama: Irecê, Bahia.** 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/irece/panorama>>. Acessado em: 25 jan. 2024.

IRECE. Rede Municipal de Educação. **Referencial Curricular por Ciclo de Formação Humana Para a Rede Municipal de Educação de Irecê.** Irecê, 2020.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre, v.3, n.1, p. 36 – 51, jan. – mar, 2002.

BARBOSA.L.P.; ROSSET, P. EDUCAÇÃO DO CAMPO E PEDAGOGIA CAMPONESA AGROECOLÓGICA NA AMÉRICA LATINA: APORTES DA LA VIA CAMPESINA E DA CLOC. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 140, p. 705–724, 2017.

RUSCHEINSKY, A. **Educação Ambiental.** [s.l.] Penso Editora, 2009.

SANTOS, F. C dos; AZEVEDO, S. L. M. de; SANTOS, M. H. L. C.; *et al.* A Educação Ambiental do campo como ferramenta de valorização da agroecologia. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 18, n. 5, p. 115–128, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/14750/11023>>. Acesso em: 25 jan. 2024.

SOUSA, R. da P. AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO NO BRASIL. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 140, p. 631–648, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/NVYdW7qx7dNfFNC9fs9FQKK/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 29 set. 2021.